

Comuna de Paris: última revolução plebéia ou primeira revolução proletária?¹

Daniel Aarão Reis Filho

¹O presente artigo, com ligeiras modificações, reproduz palestra efetuada na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 18 de outubro de 1996, na Semana comemorativa do 125º aniversário da Comuna de Paris, promovida pela Associação de Docentes da UEL.

1. Paris, cidade-luz, cidade-trevas

Para começar, o palco, onde se verificaram os acontecimentos. Ao longo do século XIX, a cidade de Paris manteve o ritmo de crescimento que já a tornara, há muito, a primeira cidade de França e uma grande metrópole mundial. **No primeiro terço do século a população praticamente duplicou: de 500 mil, em 1800, para cerca de um milhão, em 1836. Em 1872, quase uma outra duplicação: 1.800 mil habitantes.** Aspirando para si praticamente todo o crescimento demográfico francês, **2/3 de sua população ativa ganham a vida como assalariados, metade vive do trabalho manufatureiro.**

O vertiginoso crescimento, no entanto, não subverteu as estruturas sociais, industriais e urbanas tradicionais. As atividades econômicas principais, a importância relativa das pequenas empresas e dos pequenos patrões, a composição da população, a relação entre patrões e assalariados, aspectos que reiteram mas do que alteram as realidades do início do século. Neste sentido, do ano II da Grande Revolução Francesa a 1871, ***Paris est resté Paris***². Dados sobre suas estruturas sociais o atestam de forma eloquente: em 1848, 346 mil assalariados e 58.500 patrões. Em 1872, 454 mil assalariados, cerca de 80 mil patrões. Mantida, portanto, uma proporção entre patrões e empregados oscilando de 1 para 5 a 1 para 6.

As condições de organização e exploração da força de trabalho reproduzem padrões da assim chamada primeira revolução industrial: jornadas de trabalho extensas, alcançando, às vezes, **15 a 16 horas por dia, recurso indiscriminado ao trabalho feminino e infantil, quase nenhuma proteção institucionalizada, insalubridade na habitação e no lugar de trabalho, surtos de desemprego, fome e miséria, apartheid social e geográfico**, intensamente acelerado pelos grandes trabalhos de Haussmann, que modificaram a paisagem da cidade deixando intocadas as estruturas sociais, expulsando a plebe urbana para o sul e para o norte de aglomeração parisiense. Em suma, Paris já é cidade-luz, mas conserva sombras pesadas, cidade-trevas, semelhantes às pintadas por Hugo, Dickens e Engels³: os trabalhadores como cidadãos de segunda classe, uma gente *não-gente*, sem direitos, marginalizada, sufocada.

²Paris continuou a mesma. A frase e os dados são de Jacques Rougerie: Mil huit cent soixante et onze. In Le Mouvement Social, nº 79, avril-juin 1972, Les Editions Ouvrières, Paris, 1972, pp. 60 e segs. Este número de Mouvement Social foi integralmente dedicado ao Colóquio Universitário organizado por ocasião do centenário da Comuna de Paris, em 21-23 de maio de 1971.

³Victor Hugo: Os Miseráveis. Ch. Dickens: David Copperfield. Fr. Engels: A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.

Dilacerada pelas contradições internas, a cidade ergue-se, com suas tradições revolucionárias, de 1789, 1792, 1830 e 1848, no contexto de uma França basicamente rural e conservadora⁴, de 36 milhões de habitantes, onde 70% da população vivem no campo ou em cidades de menos de dois mil habitantes.

2. A guerra franco-prussiana: estopim de uma *revolução involuntária*

A década anterior à eclosão da Comuna assistiu, entre os mitos e a demagogia próprias do reinado de Napoleão III, a uma real, embora limitada, abertura para os trabalhadores franceses. Expressão maior desta tendência foi a aprovação de uma lei de greve, de 1864, permitindo-se, com restrições, os movimentos de paralisação do trabalho (era formalmente proibido o recurso aos piquetes, associados ao uso da violência, severamente coibida e sancionada). Lembre-se ainda a ida de uma delegação francesa, oficialmente autorizada, ao encontro internacional realizado em Londres, em 1864, que resultou na formação da Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT.

Paris (re)organiza-se. Um autor conseguiu relacionar cerca de **quatrocentas sociedades cooperativas de consumo, mais de cem sociedades cooperativas de produção, duzentas sociedades de poupança e crédito mútuo, cerca de sessenta sociedades de resistência e solidariedade, outras sessenta câmaras sindicais operárias e muitos outros grupamentos, bibliotecas populares, círculos educativos, etc....⁵** Um mundo não tão visível dos bulevares, mas agitado, em efervescência. E que investe na recuperação da memória. Para esta atmosfera de reatamento de laços perdidos, contribuirá a popularização de toda uma literatura política, sobretudo uma notável *redescoberta* do passado revolucionário, **concretizada na edição de biografias de lideranças, sem contar obras sobre correntes políticas, aspectos particulares da Grande Revolução e a reedição dos *Classiques de la Révolution* (Robespierre, Marat, Danton, Vergniaud, etc.), em 1867-1868⁶**.

⁴Nesta “França profunda” é preciso, porém, registrar a existência de alguns núcleos urbanos importantes, onde também são fortes as contradições e os movimentos sociais. Como se verá, em alguns deles, como por exemplo, em Marseille, em Lyon, em Grenoble, entre outros, paralelamente à Comuna de Paris, haverá também a eclosão de “Comunas” revolucionárias. Cf. Jeanne Gaillard: *Communes de province, commune de Paris, 1870-1871*, Flammarion, Paris, 1971. Ou seja, é problemática a idéia de uma antinomia muita rígida entre uma Paris revolucionária e uma França reacionária.

⁵Denis Poulot, *Le Sublime*, Paris, 1872, p. 294, citado por J. Rougerie, op. cit., p. 72.

⁶J. Rougerie, op. cit., p. 66

É a este caldeirão que chegaram as notícias desmoralizantes das derrotas de Wissembourg (04 de agosto) e de Forbach (06 de agosto), seguidas, menos de um mês depois, pelas do desastre de Sedan (01-02 de setembro de 1870). A guerra franco-prussiana, urdida por ambições e causas imediatas amplamente ignoradas, ou mal dominadas, subitamente deflagrada, provocara, no entanto, como sempre, quando o inimigo é o *prussiano*, um surto nacionalista. A sucessão de derrotas desencadeou movimentos de indignação e protesto. Por outro lado, afluíam também as notícias das primeiras demonstrações de descontentamento, iniciadas na *província*: manifestações em Creusot e tentativa de proclamação de uma **Comuna em Marselha (08 de agosto)**, **proclamação de uma Comuna em Lyon (13 de agosto)**⁷.

A proclamação da República, em 04 de setembro, configura a recusa à capitulação e a decisão de resistir⁸. A França parece não se querer vencida, desvincilha-se do Império e do Imperador, como que atribuindo a derrota ao regime e ao seu supremo chefe. Forma-se então um governo de *Defesa Nacional*, sugerindo-se o início de uma segunda etapa na guerra, ou de uma segunda guerra.

Entretanto, depois de alguns sucessos na região do rio Loire, desmoronaram os exércitos franceses. O **armistício de 28 de janeiro de 1871** suspende as operações militares e autoriza o desfile dos prussianos em Paris. Com uma ressalva, e de capital importância, **a Guarda Nacional, formada pelos cidadãos mobilizados de Paris, mantém-se intacta, e armada, com o controle dos seus canhões**.

Enquanto os exércitos alemães acampam nas cercanias de Paris (leste e norte), abrem-se as conversações para a assinatura de um tratado de paz.

Do lado das elites, amparadas nas **eleições legislativas de 08 de fevereiro de 1871**, das quais resultaram uma Assembléia terrivelmente conservadora, e mesmo inclinada à restauração da monarquia, há o medo, a perspectiva da fuga (transferência da sede da Assembléia para Bordeaux), o capitulacionismo. As medidas do governo falam por si mesmas: rejeição das pressões no sentido de uma preparação eficaz de Paris para resistir aos prussianos, suspensão dos soldos da Guarda Nacional, visando sua desmobilização, normalização das cobranças das dívidas, suspensas desde o início da guerra.

⁷Os dados e acontecimentos na província foram extraídos, fundamentalmente, da obra de Jeanne Gaillard, já referida na nota 4.

⁸É interessante notar que J. Gaillard enfatiza um fato não tão conhecido: as cidades de Marselha e de Lyon proclamaram a república *antes* de Paris.

Paris observa desconfiada o governo republicano provisório, mais inclinado a conciliar com as elites rurais conservadoras e a liquidar a guerra a qualquer custo do que a liderar as massas urbanas numa resistência desesperada, baseada na *levée en masse*⁹, como em 1792. O governo provisório responde na mesma moeda: também desconfia das Comunas urbanas turbulentas e de Paris em particular: massas fora do controle, perigosas.

É nesta atmosfera carregada que o **governo resolve assumir o controle dos canhões da Guarda Nacional. Uma decisão delicada. Com efeito, estava ali em jogo uma questão militar: eram 227 canhões, tinham um razoável poder de fogo e, no caso de uma reabertura desesperada do conflito com os prussianos, desempenhariam certamente um papel.** Mas pesava sobretudo o simbolismo de terem sido adquiridos numa subscrição popular amplamente participada. Não eram quaisquer canhões. Pertenciam à cidade e assim eram considerados por ela.

À ordem de transferi-los para o governo, a cidade respondeu com a insubordinação. Frustrou a tentativa. E fuzilou os chefes que pretendiam concretizá-la. A surpresa. O governo retrucou com a fuga para Versalhes, suscitando velhos fantasmas. **Desgovernada, a cidade amotinada deslizou para a revolução, quase involuntariamente**¹⁰.

A três dias do início da primavera, aos **dezoito dias do mês de março de 1871** tinha início a trágica experiência da Comuna de Paris.

3. A constituição da Comuna: medidas e programa

⁹Mobilização/conscrição de todos os cidadãos numa perspectiva de *salvação nacional*.

¹⁰Karl Marx, em seu ensaio sobre a Comuna, A Guerra Civil na França, apontaria o fato de os *communards* não terem perseguido imediatamente o governo provisório em seu reduto de Versalhes como um erro fatal, na medida em que permitiu aos inimigos da Comuna recuperarem o fôlego, reagruparem forças e passarem ao ataque. Entretanto, a decisão de explorar a vitória pressupunha um projeto revolucionário que, na verdade, não havia. Foi mais uma insuficiência do que um erro. Em qualquer caso, fatal, e aí Marx teve razão. Lenin e os bolcheviques não esqueceriam a lição...

As **medidas sociais** tomadas pela Comuna foram **tímidas**, aquém mesmo dos programas socialistas da época¹¹. Entre as principais, sempre referidas nos relatos e trabalhos sobre o assunto, figuraram **a suspensão das cobranças das dívidas e dos aluguéis, a abolição do trabalho noturno e a das agências de emprego**¹², **a suspensão da venda de objetos penhorados**.

A Comissão do Trabalho, verdadeiro *ministério do trabalho* da Comuna, controlada pelos Internacionais sob a direção de Frankel, chegou a formular, em 16 de abril, um dispositivo revolucionário, autorizando os trabalhadores a assumirem as empresas de patrões *fujões*, colocando-as em funcionamento. Teve pouco efeito prático: quando do esmagamento da Comuna, **apenas uma empresa confiscada estava em funcionamento...**¹³

Os trabalhadores também conseguiram da Comuna reserva do trabalho estatal disponível para as associações operárias de produção. Além de um **esboço de legislação favorável à proteção do trabalho feminino e infantil**.

Na época assumiram grande impacto, pelo seu valor simbólico, as medidas que estabeleceram **a laicização do Estado**: o fim dos subsídios às religiões (leia-se: à religião católica), o ensino laico e a separação radical entre o Estado e a religião. A explosão de tendências anti-clericais, tradicionais entre os trabalhadores franceses, dado o comprometimento frequente e ostensivo dos padres com a ordem dominante, levou ao saque de alguns conventos e igrejas, à prisão de algumas dezenas de padres e à de alguns dignitários, como, por exemplo, a de Monseigneur Darboy. Alguns seriam fuzilados nos últimos estertores da Comuna. Tudo isto foi muito bem explorado pela propaganda anti-Comuna, criando-se uma associação - falsa - entre a Comuna e o sectarismo anti-religioso. Na verdade, **quase todas as igrejas de Paris permaneceram** abertas e em funcionamento¹⁴. O que não desmerece o fato de que a *descristianização* do Estado representou a retomada marcante da proposta de uma república laica.

Foi no campo político, entretanto, que a obra da Comuna, seguramente, adquiriu maior relevância histórica. Em questão, o princípio, já enunciado desde 1789-1792, da *soberania popular*. As modalidades de sua aplicação projetaram-se como lições para o futuro, e seriam, mais tarde,

¹¹No colóquio do centenário da Comuna, cuja publicação é referida na nota 2, este ponto de vista é defendido com muita veemência, entre outros, por M.E. Labrousse, p. 79 e segs., in *Le Mouvement Social*, nº 79, op. cit.

¹²Tais empresas desempenhavam um papel de intermediárias entre patrões e empregados, exacerbando os padrões de exploração. Eram detestadas pelos trabalhadores.

¹³J. Rougerie, op. cit., p. 72

¹⁴J. Chastenet: *La semaine sanglante, La Commune*, in *Historia*, nº 235, p. 102, Paris, 1971

nos embates que haveriam de vir, assumidas pelas alas mais radicais dos partidos e organizações operárias e revolucionárias: **elegibilidade de todos os cargos (administrativos, judiciais e educacionais), através do sufrágio universal; revocabilidade imediata de todos os eleitos pelos eletores; remuneração dos mesmos, segundo referências comuns aos trabalhadores; mandatos imperativos; supressão do serviço militar obrigatório e do exército permanente.**

Assim como, na esfera da produção, o repúdio à intermediação havia levado à extinção das agências de contratação de mão de obra, no campo político, repudiava-se o conceito de representação em proveito das formas e procedimentos próprios da *democracia direta*. O *representante* era substituído pelo *mandatário*. Daí a **revocabilidade a qualquer momento, os padrões de remuneração, o mandato flexível e imperativo**. Nesta lógica, a soberania popular não fica a mercê de nenhuma agência específica (exército permanente e polícia), mas é garantida pelo *povo em armas*.

Mas Paris fizera uma revolução *parisiense*, conscientemente auto-limitada. A esperança de que seria possível formar uma federação de comunas (formulação prudhoniana), frustrada com a derrota das tentativas revolucionárias em Marselha, Lyon, Narbonne, Limoges e Toulon, entre outras, fez desta auto-limitação um alçapão.

Nele Paris ficou enredada. À espera do massacre.

4. A Comuna sob cerco

Em começos de abril, os *communards* fizeram suas primeiras, e últimas, tentativas sérias para testar a consistência das malhas da rede em que se encontravam. Perderam homens e chefes preciosos (Duval e Floureens). O cerco fechara-se. A oeste e sudoeste, as tropas do exército do governo de Versalhes. A leste e a norte, os prussianos. Por sobre as diferenças nacionais, o acordo internacional das elites para exterminar a revolução que vinha de baixo, colocando em questão a ordem social e a proposta de capitulação, configurada no tratado de paz que se preparava.

Progressivamente, na medida das concessões do governo versalhês, **os prussianos autorizaram a libertação de soldados e chefes prisioneiros**. Graças a eles, pode o cerco reforçar-se, de 30 mil para 80 mil, depois, para 130 mil soldados. Assim, os derrotados na guerra

nacional contra o estrangeiro poderiam dedicar-se à guerra social contra seus próprios compatriotas.

Do lado dos revoltosos, e dos que simpatizavam com sua causa, também surgiram tentativas de internacionalização do conflito. Como exemplos, entre outros, **o trabalho incansável da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e as denúncias do jovem partido social-democrata alemão**, recém-formado, contra as políticas anexionistas e imperialistas do Estado germânico. A seu favor, no entanto, tinham apenas palavras. Resistência simbólica. Fixação de referências para o futuro.

Em embrião, um confronto internacional, onde os aspectos sociais prevaleceriam sobre os nacionais. No episódio da Comuna, sem dúvida, prevaleceram. O partido prussiano da ordem, vencedor, deu as mãos ao partido francês da ordem, perdedor, para, em conjunto, arrasarem e silenciarem o questionamento dos que recusavam os termos e a sorte da guerra que vinha de terminar. Era a desordem, e precisava ser vencida.

Nesta nova guerra, um novo tipo de guerra, **os communards não eram adversários, e nem mesmo inimigos. Como encarnação da desordem, seriam tratados como bandidos.**

6. A caça ao homem e a semana sangrenta

Hana Arendt, em suas reflexões sobre o nazismo, chegou à idéia de que o Holocausto e a banalização do Mal tinham precedentes no extermínio dos povos colonizados¹⁵. Com efeito, desde que fosse possível considerar o *outro* como sub-raça ou/e *não-pessoa*, tornar-se-ia possível e viável racionalizar a matança indiscriminada. Os europeus o fizeram na África e na Ásia, antes dos nazistas empregarem o mesmo procedimento contra os judeus. Foi o que o partido da ordem francês fez contra a Paris insurreta.

As tropas do governo mataram entre 20 a 35 mil pessoas. Não se está falando de *vítimas de guerra*, tombadas em enfrentamentos, ou alcançadas por balas perdidas, inevitáveis em conflitos armados, mas em fuzilamentos sumários, matança mesmo. O correspondente de um jornal inglês diria que “mesmo para os autores das execuções seria verdadeiramente impossível saber quantos eles mataram”¹⁶.

¹⁵H. Arendt: O totalitarismo

¹⁶Referências a respeito do morticínio estão em A. Lanoux: Que voulait la Commune? in Historia, nº 294, p. 86-94, Paris,

Em três ondas sucessivas, 150 mil soldados lançaram-se sobre a cidade. A firmeza que faltara no confronto com os prussianos, na guerra de caráter nacional, haveriam agora de mostrar no confronto contra os revoltosos, na guerra de caráter social. Morreram dez vezes mais pessoas do que em 1848, cinco vezes mais do que no Terror da Grande Revolução. Morreram à moda colonial, sobretudo no curso da última semana de resistência, a *semana sangrenta*, entre 21 e 28 de maio. Depois cairiam mais cerca de 7 mil, à moda jurídica, depois de presos, executados pelos conselhos de guerra, em nome da Lei.

Em agosto de 1871, quase três meses após o fim da revolução, ainda havia, segundo os relatórios oficiais, 36.309 presos, entre os quais 1.054 mulheres e 615 crianças menores de 16 anos. A Comuna, enquanto durou, prendeu 3.632 pessoas, ou seja, comparando-se com seus inimigos, a proporção de presos é de um para dez. Na análise das vítimas fatais, amplia-se a desproporção. **A Comuna executou cerca de uma centena de presos. Pelos cálculos mais restritivos, Versalhes executou 20 mil. A proporção salta de um para duzentos.**

O contraste. O ódio social. A vontade de exterminar a *canalha*, que ousara desafiar a Ordem.

No final, a população de Paris reagiu com a energia dos que estão à beira do fim. **No cemitério de Père Lachaise foram 36 horas de combates encarniçados e sangrentos.** E a última falange de desesperados resolveu então queimar a cidade, incendiou-se a cidade-luz. Durante muitos anos, a literatura *branca* mal falaria deste fogo, acusando de *vandalismo* os *communards*, propagando sintomaticamente o mito nunca verificado das *petroleiras*, mulheres desesperadas, de vida fácil, irresponsáveis, intratáveis, que, desprezando o patrimônio da nação, atearam fogo em riquezas históricas.

Mas os monumentos nunca foram inocentes. As chamas nas Tulherias, no Ministério das Finanças, na Biblioteca do Louvre, no Quai d'Orsay, no Conselho de Estado, no Palácio da Legião de Honra, na Caixa de Depósitos, na casa de Thiers, chefe do governo e carrasco em chefe, na coluna da praça Vendôme, na Capela Expiatória de Luis XVI, entre muitos e muitos outros edifícios, representaram o fogo da despedida. A demolição da Paris-espéctáculo, num horrendo espetáculo, luz sobre luz, iluminando e denunciando a carnificina, soava como o epitáfio de um povo expulso e massacrado, como se quisesse deixar uma palavra antes de sair de cena: **o povo não haveria de ter Paris, mas Paris, aquela Paris, não seria de mais ninguém...**

Fim de uma luta, de uma tradição, de um povo, de uma época...

7. Reflexões sobre uma derrota ou a atualidade da Comuna

O estudo minucioso da experiência dos *communards* parisienses, comparando-a inclusive com os precedentes movimentos revolucionários do longo século XIX, evidencia a **Comuna de 1871 como herdeira direta das tradições da Grande Revolução Francesa e das insurreições urbanas de 1830 e 1848. Aspectos programáticos, formas de luta, referências ilustres e legitimadoras, canções, símbolos, um fio condutor - vermelho - percorre toda esta trajetória que vai dos sans-culottes do Ano II aos communards de 1871**¹⁷.

Neste sentido a Comuna de Paris é a culminância de um ciclo, a forma mais acabada de um projeto de resistência à Ordem, a última revolução de uma plebe urbana, fator de constante instabilidade, pesadelo e má consciência, turbulência e perigo para os *homens bons*. Nas décadas seguintes, estes plebeus cederiam lugar, como núcleo da insatisfação e da mobilização populares, aos operários da grande indústria, cérebros e músculos de uma nova proposta de organização e ação: os sindicatos e os partidos socialistas nacionais.

O que fez perder a Comuna de Paris?

1. A auto-limitação parisiense.

Daí a não perseguição ao governo fujão, quando do episódio da luta pelo controle dos canhões da Guarda Nacional. Um tribuno da plebe na época diria mesmo que o povo, por estar cansado da opressão, recusava-se a impor suas formas específicas de revolta ao resto do país.

A esperança, fundada nas notícias que davam conta de tentativas em outras comunas do país, era a de que o processo revolucionário contagiaria. Se a hipótese se confirmasse, seria possível formar uma federação de comunas, um poder descentralizado, radicalmente distinto do tradicional centralismo parisiense, caro à ordem vigente.

A proposta de auto-limitação, comum a todas as revoltas locais daquele momento, deu fôlego ao governo de Versalhes. Centralizado, e com o precioso apoio prussiano, pode agrupar suas forças e derrotar, uma a uma, todas as comunas entrincheiradas em seus muros particulares.

A auto-limitação, no entanto, não pode ser concebida como um *erro* acidental. Foi parte integrante da proposta de um poder alternativo federado, descentralizado.

2. O anti-militarismo dos revolucionários.

¹⁷Este parece ser o consenso entre os principais participantes do Colóquio do centenário da Comuna, organizado em 1971 (cf. nota 2).

A dissolução do exército permanente exprimia uma desconfiança histórica. Agravada pelo ressentimento face à catástrofe diante dos prussianos. Além de ociosos e parasitas, os militares eram incompetentes. A gota d'água final veio com a tentativa de tomada dos canhões. O povo em armas substituiria o exército.

A contrapartida desta proposta foi um certo relaxamento do ponto de vista da constituição de uma força armada alternativa, disciplinada, coesa, eficaz. Teria sido possível aos *communards* construí-la, eles que vinham exatamente de demolir um exército?

3. A inexistência de um programa revolucionário e as divisões da Comuna

Com efeito, a Comuna não tinha previamente elaborado um programa. Mais uma insuficiência. Como exigí-lo de um movimento *involuntário*? Que começou como insubordinação, transformou-se em motim, e virou revolta, antes de se apresentar como revolução?

Por outro lado, a Comuna, uma vez eleita, pareceria muitas vezes uma torre de babel. Muitos quiseram ver em seus mandatários um grupo de *bavards*¹⁸. Uma assembléia dividida em tendências disparatadas: blanquistas, jacobinos, internacionalistas, por sua vez, também fragmentados em prudhonianos, bakuninistas, centralistas, etc. Abstraindo-se o anel, implícito nesta crítica, de um partido único e unificado, é de se perguntar como poderia enfrentar a Comuna, nestas condições, um governo centralizado, dotado de uma vontade única, ditatorial?

Todas estas observações críticas fizeram parte da **avaliação formulada por K. Marx em seu ensaio já referido: A Guerra Civil na França**. Trata-se de uma releitura da Comuna de Paris. As **insuficiências caracterizadas, integrantes da experiência da Comuna, passaram a se apresentar como erros**, a serem reconsiderados, e corrigidos, em próximos embates.

Esta linha de interpretação foi consagrada pela Internacional Socialista, de 1889, retomada pela Internacional Comunista, a partir de sua fundação, em 1919, e estudada com atenção pelos bolcheviks e pelas alas mais radicais do movimento socialista. Para todos estes, a narração de K. Marx tomou o lugar do processo histórico realmente existente. **E, assim, a última revolução plebéia transfigurou-se em primeira revolução proletária.**

Quando chegou a sua vez, os bolcheviks imaginaram ter aprendido a lição. O fantasma da Comuna muito os perseguiu, sobretudo nos primeiros momentos posteriores à revolução Outubro. **Mais tarde, trataram de apresentar uma leitura dos acontecimentos de 1917 onde se**

¹⁸Literalmente: *conversas-fiada, jogadores de conversa -fora*, termo utilizado já na época por Vaillant, um dos chefes do movimento (então blanquista) e retomado por J. Rougerie e M.E. Labrousse no debate por ocasião do Colóquio sobre o centenário da Comuna de Paris, op. cit., p. 87

destacaram a perseguição implacável dos inimigos, explorando-se com consequência os primeiros triunfos; a formação de um exército vermelho para derrotar os exércitos brancos inimigos; e de um centro revolucionário, onde os bavards não tiveram vez, capaz e eficiente na destruição do inimigo contra-revolucionário. Foram vitoriosos. O balanço da experiência vitoriosa foge aos limites deste artigo, mas se encontra até hoje sob escrutínio.

A partir dos anos 80, com a desagregação do socialismo soviético, a revolução parece ter passado de moda. Definitivamente, segundo os ditames do capitalismo triunfante.

Entretanto, a euforia pela liquidação dos inimigos, a *desregulamentação* selvagem que vem se seguindo, a radicalização das desigualdades em cada país, e em todo o mundo, a arrogância com que se retomam padrões de exploração e opressão que pareciam abandonados no quadro do Estado do Bem-Estar, talvez autorizem a hipótese, num prazo mais curto do que longo, da reatualização de propostas revolucionárias.

Para os partidários da Ordem e para os mais timoratos, a Comuna de Paris só trouxe desgraças e mortes. Deveria ser esquecida, relegada à História, no pior sentido da expressão, ou seja, enterrada no passado, no museu das coisas que não voltarão a se repetir.

Mas a Comuna de Paris, em suas versões *plebéia* e *proletária*, exprimiu também a esperança de construir uma alternativa de vida. Além disso, apesar de derrotada, teve notável eficácia histórica, já que parece impossível refletir sobre todos os avanços sociais posteriores, sem levar em conta a sombra do espectro da Comuna.

Hoje, quando estes avanços estão ameaçados, ou já em franca reversão, não valerá a pena repensar a experiência da Comuna e sua impressionante lição de dignidade e de destemor?

Se mantiveremos esta perspectiva, nestes tempos sombrios de mesmice e conformismo, já estaremos honrando a memória dos *communards*, como se não tivessem lutado em vão, como se fosse, sempre, possível aprender com sua experiência.

Daniel Aarão Reis Filho

Palestra apresentada em outubro de 1996

Artigo concluído em abril de 1997